

LICITAÇÃO/RPP/FOMENTOPARANÁ/Nº01-19 - REPUBLICADO**Rito Procedimental Similar ao da Modalidade Pregão – Forma Presencial****PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE**

A Agência de Fomento do Paraná S.A – FOMENTO PARANÁ, torna público que às **14:00 horas** do dia **02/05/2019**, em sala própria, sito na Rua Comendador Araújo, 652, 3º andar, Batel, em Curitiba-Paraná, realizará licitação na Modalidade Pregão – Forma Presencial, **do tipo "MENOR PREÇO"**, para contratação de empresa prestadora de serviços especializados de auditoria independente, conforme detalhamento constante no Anexo I deste Edital. O presente certame licitatório reger-se-á pelas disposições do RILC - Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Agência de Fomento do Paraná S.A. - FOMENTO PARANÁ, Lei Federal nº 13.303/16, subsidiariamente, a Lei Federal nº 10.520/02 e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus Anexos. Também se aplicam nesta licitação as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 123/06, relativamente aos critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte.

1. DA LICITAÇÃO

- 1.1. **Objeto:** A presente licitação tem por objeto a **contratação, em Lote Único, de empresa prestadora de serviços especializados de auditoria independente**, conforme especificações descritas nos termos deste Edital e seus Anexos.
- 1.2. Modalidade: **RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO – FORMA PRESENCIAL**.
- 1.3. Tipo: **MENOR PREÇO PARA LOTE ÚNICO**.
- 1.4. Valor Total do Orçamento: **ORÇAMENTO SIGILOSO** (Conforme Art.34 § 3º da Lei Federal 13.303/16).
- 1.5. Data e Local do certame: **02/05/2019** – Horário: **14h00min**, Rua Comendador Araújo, 652, 3º andar, Batel, Curitiba-Paraná.

2. DO CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE DA LICITANTE

- 2.1. Os atos de Pregão ocorrerão em sala própria da FOMENTO PARANÁ, conforme indicado no subitem 1.5, mesmo local onde, para fins de credenciamento, os representantes das Licitantes interessadas em participar deste Pregão deverão se apresentar junto ao Agente de Licitação até a hora limite de **14h00min**.
- 2.2. Os representantes interessados deverão comparecer **PESSOALMENTE**, munidos de Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, bem como de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório e que contenha autorização para responder por sua representada (Licitante), tudo isto apresentado fora dos envelopes de proposta de preços ou documentos de habilitação;
 - 2.2.1. Como documento válido de indicação para credenciamento será aceito Instrumento Público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida (modelo de Instrumento Particular de Procuração – Anexo III), outorgando, ao representante, poderes gerais para a prática de todos os atos inerentes ao Pregão, especialmente para formular ofertas e lances de preços, em nome da Licitante representada;
 - 2.2.2. No caso de Instrumento particular de procuração, deverá ficar comprovado que o subscritor da procuração tem poderes para tal delegação através de cópia autenticada do contrato social e ou outro documento constitutivo;
 - 2.2.3. Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da Licitante, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações, e documento de identidade.
- 2.3. O credenciamento é condição obrigatória para que o representante possa atuar na etapa de oferecimento de lances verbais neste Pregão.
- 2.4. A não apresentação, incorreção de documentos de credenciamento ou ausência de representante não importará na desclassificação da proposta; contudo fica impedida a apresentação de lances verbais e manifestações em nome da Licitante durante a sessão do Pregão.
- 2.5. Se, após o credenciamento, o representante da Licitante ausentar-se da sala em que se realiza a sessão, o processo não será suspenso e caso se faça necessária a participação do mesmo, estando ausente, será reputada sua desistência à prática do(s) ato(s). Os atos praticados durante a sua ausência não serão, em hipótese alguma,

refeitos ou revistos, sendo considerados convalidados. O retorno posterior do representante não implicará no refazimento dos atos praticados em sua ausência.

3. DOS REQUISITOS DA PROPOSTA

- 3.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo pertinente ao objeto desta licitação e que preencham as condições e requisitos deste Edital.
- 3.2. O envelope nº 1 deverá conter a proposta de preço, que consistirá no preenchimento do Anexo IV do presente Edital, ou documento similar emitido pela Licitante, que contemple todos os indicativos descritos em tal Anexo.
- 3.2.1. A proponente deverá apresentar proposta com o **PREÇO MENSAL e o PREÇO TOTAL** e não será permitida, em hipótese alguma, proposta que não contemple todos os itens, condições e requisitos deste Edital;
- 3.3. O preço apresentado deverá ser expresso em reais, com no máximo 02 (duas) casas após a vírgula e referenciar-se-á ao valor total para fornecimento do objeto da licitação a ser executado pela licitante vencedora.
- 3.4. Nas propostas e nos lances que forem ofertados, deverão estar **incluídas** todas as despesas administrativas, bancárias, IOF, custos de emissão de apólices, comissões, lucro e demais custos necessários para o fornecimento do objeto da licitação, especialmente tributos, impostos, encargos da seguridade social e trabalhistas incidentes, transporte, fretes, e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, não sendo admitidos acréscimos, encargos ou quaisquer outras despesas adicionais.
- 3.5. No julgamento das propostas será considerada vencedora a Licitante que apresentar o **MENOR PREÇO MENSAL**.
- 3.6. Não serão aceitas propostas que apresentem valor zero ou inexequível.
- 3.7. Constará da proposta, o prazo de validade, que será de no mínimo 90 (noventa) dias, contados da data da abertura do envelope.
- 3.8. Qualquer vantagem adicional oferecida, não prevista neste procedimento, será desconsiderada para efeito de classificação. No entanto, tal vantagem obrigará a Licitante nos termos de sua proposta.
- 3.9. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração da mesma sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.10. A apresentação de uma proposta será considerada como evidência de que a licitante proponente examinou completamente todos os detalhes e especificações do presente edital e que obteve informações e esclarecimentos sobre eventuais dúvidas, considerando, por conseguinte, que os elementos recebidos lhe permitiram fazê-la de modo satisfatório.

4. DA ENTREGA DOS ENVELOPES Nº 1 (PROPOSTA) E Nº 2 (HABILITAÇÃO)

- 4.1. A sessão pública para a entrega dos envelopes ocorrerá simultaneamente ao credenciamento dos representantes, na data, horário e local estabelecidos no subitem 1.5 deste edital.
- 4.1.1. Aberta a sessão, e antes da entrega dos envelopes, os interessados ou seus representantes deverão apresentar DECLARAÇÃO, na forma do Anexo II, separada dos envelopes Habilitação e Proposta, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação. A ausência de apresentação de tal DECLARAÇÃO não importará na desclassificação da proposta; contudo fica impedida a apresentação de lances verbais e manifestações em nome da Licitante durante a sessão do Pregão.
- 4.2. A proposta e a documentação deverão ser acondicionadas em envelopes distintos, devidamente fechados.
- 4.3. Na face externa dos envelopes deverá constar:

**LICITAÇÃO/RPP/FOMENTOPARANÁ/Nº01-19
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO
NOME DA LICITANTE/RAZÃO SOCIAL**

**LICITAÇÃO/RPP/FOMENTOPARANÁ/Nº01-19
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE
HABILITAÇÃO
NOME DA LICITANTE/RAZÃO SOCIAL**

- 4.3.1. O envelope nº 1 (PROPOSTA) deverá conter a proposta da Licitante, obedecidos os critérios constantes no Título nº 3 deste edital;
- 4.3.2. O envelope nº 2 (HABILITAÇÃO) deverá conter a documentação descrita no Anexo V deste edital, devidamente atualizada, em originais ou cópias autenticadas, ou ainda, conforme item 17.7;
- 4.4. A Licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, será INABILITADA.
- 4.5. Somente poderão participar do Pregão, Licitantes que atendam todos os requisitos deste edital.
- 4.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra, serviço ou fornecimento a Licitante que incorrer em qualquer das vedações elencadas no Art. 139 e Art. 140 do RILC - Regulamento

Interno de Licitações e Contratos da Agência de Fomento do Paraná S.A. - FOMENTO PARANÁ, ou que estejam constituídas na forma de cooperativa de trabalho.

5. MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

- 5.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte terão tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006.
- 5.2. No início da sessão a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será verificada mediante a apresentação de DECLARAÇÃO (Anexo II), separada dos envelopes Habilitação e Proposta.
- 5.3. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
 - 5.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
 - 5.3.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos arts. 208 a 216 do RILC - Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Agência de Fomento do Paraná S.A. - FOMENTO PARANÁ, sendo facultado à Administração convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6. DA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 1 (PROPOSTA)

- 6.1. A abertura do envelope nº 1 **Proposta**, ocorrerá na própria sessão pública de entrega dos mesmos, tão logo encerrados os trabalhos de credenciamento e conferência inicial;
- 6.2. Na presença dos seus representantes e das demais pessoas que queiram assistir à sessão pública, o Agente de Licitação procederá o acolhimento e abertura dos envelopes contendo as propostas das Licitantes credenciadas;
 - 6.2.1. Após serem abertos os envelopes, as propostas serão analisadas e rubricadas pelo Agente de Licitação, membros da equipe de apoio e por todos os representantes das Licitantes;
 - 6.2.2. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente aceito e fundamentado pelo Agente de Licitação.

7. DA ANÁLISE, OFERECIMENTO DE LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1.1. Para fins de julgamento das propostas serão consideradas as ofertas apresentadas pelas Licitantes, em conformidade com o modelo do Anexo IV deste Edital.
- 7.1.2. O Agente de Licitação, assessorado pela Equipe de Apoio, examinará a aceitabilidade das propostas, levando-se em consideração a especificação do objeto ofertado em relação à definida neste Edital e seus Anexos.
- 7.1.3. Verificando-se, no curso do exame feito, o descumprimento aos requisitos estabelecidos neste Edital, a Licitante será desclassificada.
- 7.1.4. No curso da sessão será classificada, pelo Agente de Licitação, a proposta da Licitante que ofertar o **MENOR PREÇO MENSAL**, e as demais propostas que estejam com percentuais sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, conforme disposto no art. 54, III do RILC.
- 7.1.5. Caso não haja, no mínimo, três propostas nas condições definidas no subitem anterior, o Agente de Licitação classificará as melhores propostas subsequentes à de menor preço, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os valores ofertados nas propostas escritas, conforme disposto no inciso IV, artigo 54 do RILC.
- 7.1.6. Havendo empate entre duas ou mais Licitantes conforme disposto no item 7.1.5, as mesmas serão classificadas sem distinção, procedendo-se sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 7.1.7. Às Licitantes classificadas conforme estabelecido nos subitens 7.1.4, 7.1.5 ou 7.1.6, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de preços distintos e decrescentes em relação aos lances oferecidos pelos demais Licitantes.
- 7.1.8. A ausência de representante credenciado da Licitante na fase de lances verbais ensejará a consideração, pelo Agente de Licitação, do valor constante da proposta como o último valor ofertado pela mesma.
- 7.1.9. O Agente de Licitação convidará individualmente as Licitantes classificadas que deverão, de forma sucessiva e distinta, apresentar seus lances, a começar com o autor da proposta classificada de maior preço, seguido dos demais em ordem decrescente, até que não haja mais cobertura de oferta.

- 7.1.10. Quando da sucessão de lances, o Agente de Licitação poderá estabelecer o montante mínimo de redução em cada lance.
- 7.1.11. A desistência do representante credenciado em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Agente de Licitação, implicará na exclusão da Licitante representada da etapa de lances verbais e na manutenção do valor apresentado pela mesma, para efeito de classificação das propostas.
- 7.1.12. Caso não mais se realizem lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e classificadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO MENSAL**.
- 7.1.13. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a Licitante às sanções administrativas constantes deste edital.
- 7.1.14. O Agente de Licitação examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao preço ofertado, decidindo motivadamente a respeito, de acordo com o Título nº 8 deste Edital.
- 7.1.15. Sendo aceitável a proposta, será aberto o envelope nº 2, contendo a documentação de habilitação da Licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 7.1.16. O direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte será aplicado conforme regras estabelecidas na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, da seguinte forma:
 - 7.1.16.1. Encerrada a etapa de lances, o Agente de Licitação verificará a condição da Licitante melhor classificada encontrar-se no regime de microempresa ou empresa de pequeno porte;
 - 7.1.16.2. Caso se constate que a Licitante melhor classificada tenha declarado ostentar um desses regimes, o Agente de Licitação informará aos participantes e dará prosseguimento deliberando sobre a aceitabilidade da oferta quanto ao valor e posterior confirmação das suas condições habilitatórias;
 - 7.1.16.3. Caso se constate que a Licitante melhor classificada não tenha declarado ostentar o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, o Agente de Licitação verificará se há registro de lances classificados no intervalo de até 5% (cinco por cento) de valores superiores ao da melhor classificada e que sejam lances de microempresa ou empresa de pequeno porte;
 - 7.1.16.4. Se não houver microempresas ou empresas de pequeno porte classificadas no intervalo de até 5% (cinco por cento) de valores superiores ao da melhor classificada, não se caracteriza o empate ficto previsto no artigo 44, parágrafo 2º da lei Complementar nº 123/2006. Portanto o Agente de Licitação informará aos participantes e dará prosseguimento deliberando sobre a aceitabilidade da oferta e posterior confirmação das suas condições habilitatórias;
 - 7.1.16.5. Se houver microempresas ou empresas de pequeno porte classificadas no intervalo de até 5% (cinco por cento) de valores superiores ao da melhor classificada, o Agente de Licitação fará convocação nominal da microempresa melhor classificada nessa condição, para exercer seu direito de preferência, em lance único e inferior ao melhor lance, no prazo de 5 (cinco) minutos, improrrogáveis. Caso a ME ou EPP convocada não se manifeste nesse tempo haverá preclusão sem direito a recurso ou reclamação;
 - 7.1.16.6. Se a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada ofertar lance inferior ao lance vencedor, o Agente de Licitação dará prosseguimento deliberando sobre a aceitabilidade da oferta quanto ao valor ofertado e posterior confirmação das suas condições habilitatórias;
 - 7.1.16.7. No caso da microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada declinar do direito ou não manifestar seu lance no prazo estabelecido, o Agente de Licitação convocará as MEs ou EPPs remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo de 5% (cinco por cento), por ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;
 - 7.1.16.8. Caso a ME ou EPP convocada não se manifeste nesse tempo haverá preclusão sem direito a recurso ou reclamação.

8. EFETIVIDADE DOS LANCES E ETAPA DE NEGOCIAÇÃO

- 8.1. Classificadas as propostas após a etapa competitiva, será promovida a verificação de sua efetividade exclusivamente em relação a proposta mais bem classificada, promovendo-se a desclassificação daquelas que:
 - 8.1.1. contenham vícios insanáveis;
 - 8.1.2. descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
 - 8.1.3. apresentem preços manifestamente inexequíveis;
 - 8.1.4. se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;
 - 8.1.5. não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando assim exigido pela FOMENTO PARANÁ;
 - 8.1.6. apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível o saneamento dos defeitos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os Licitantes.
- 8.2. O Agente de Licitação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos Licitantes que demonstrem essa condição.

- 8.3. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis, aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentos que comprovem que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.
- 8.4. Para efeito de aferição da exequibilidade dos preços, não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exigindo-se demonstração da adequação do preço proposto em face dos custos que incidirão sobre a execução do contrato, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia conste expressamente.
- 8.5. Se presentes indícios de inexequibilidade do preço ofertado, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Licitação poderá realizar diligência, para fins de comprovação de sua viabilidade econômica, adotando-se dentre outros, os procedimentos elencados no Art. 84, § 7º, incisos I a XII do RILC.
- 8.6. Confirmada a efetividade da proposta melhor classificada, o Agente de Licitação negociará condições mais vantajosas com a Licitante.
 - 8.6.1. A negociação também será feita com os demais Licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.
 - 8.6.2. Se depois de adotada a providência prevista no item anterior, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, a licitação será declarada fracassada.
- 8.7. Excepcionalmente, para evitar o fracasso da licitação quando o preço melhor classificado após a negociação ainda permanecer superior, porém muito próximo do valor do orçamento, o Agente de Licitação ou a Comissão de Licitações poderá revelá-lo com o objetivo de aproveitar o processo.

9. DA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 (HABILITAÇÃO) JULGAMENTO FINAL PELO AGENTE DE LICITAÇÃO

- 9.1. As empresas participantes estarão obrigadas a apresentar os documentos exigidos, conforme Anexo V, sob pena de inabilitação deste certame e, caso constate-se serem inverídicos os documentos apresentados serão tomadas as medidas administrativas e judiciais cabíveis.
- 9.2. De acordo com o que estabelece o inciso X do artigo 54 do RILC, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da Licitante que apresentou a melhor proposta, a qual será analisada para comprovação de que apresentou toda a documentação exigida.
- 9.3. Quando o Agente de licitação constatar que a Licitante que ofertou o menor preço desatendeu às exigências habilitatórias, examinará a oferta subsequentemente verificando sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital;
 - 9.3.1. Na hipótese acima o Agente de Licitação poderá negociar diretamente com a Licitante para que seja obtido **MENOR PREÇO MENSAL**.
- 9.4. Constatado o atendimento pleno às exigências e regras editalícias, será declarada vencedora a Licitante que ofertou o **MENOR PREÇO MENSAL** e atendeu às exigências habilitatórias.
- 9.5. Para fins deste Pregão, não terá aplicabilidade o disposto no inciso XIV, do artigo 4º, da Lei 10.520/02, tendo em vista que esta FOMENTO PARANÁ não utiliza o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou sistemas semelhantes, devendo as Licitantes apresentarem todos os documentos exigidos nos itens e subitens do Título nº 4 deste Edital, sob pena de inabilitação.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 10.1. O instrumento convocatório poderá receber pedidos de esclarecimentos, providências ou ser impugnado, motivadamente por qualquer pessoa física ou jurídica até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada para a abertura da licitação.
- 10.2. As impugnações deverão ser processadas, julgadas, decididas e comunicadas em até 02 (dois) dias úteis contados da sua interposição, e não sendo atendido esse prazo, a abertura da licitação será adiada, convocando-se os interessados para abertura da licitação em nova data, sempre com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.
- 10.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

- 11.1. Os recursos para a execução do objeto são oriundos de Fonte Orçamentária Própria, conforme Declaração de Disponibilidade Financeira constante do processo administrativo.

12. DA CELEBRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 12.1. Homologado o procedimento, será formalizado contrato, de acordo com o modelo constante do Anexo VII, podendo ser prorrogado mediante aditamento observado o estabelecido no artigo 165 do RILC.
- 12.2. A adjudicatária será convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias contados do recebimento da respectiva convocação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no título 14 deste Edital.
 - 12.2.1. Esgotado o prazo estipulado no subitem 12.2 sem aposição das correspondentes assinaturas no instrumento formal do contrato, presumir-se-á desistência da Licitante vencedora de celebrar o contrato.
- 12.3. A não-assinatura do contrato por desistência, inclusive presumida, da Licitante vencedora, ou por motivo a ela atribuído, acarretará as seguintes consequências:
 - 12.3.1. perda de todos os direitos da Licitante vencedora com relação à adjudicação do objeto da presente licitação e aplicação das sanções legais cabíveis por descumprimento total da obrigação assumida;
 - 12.3.2. convocação das Licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, sendo o contrato celebrado com a Licitante que aceitar a contratação em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada – inclusive quanto ao preço atualizado, desde que observados os requisitos de habilitação, na data de sua convocação;
 - 12.3.3. à Licitante remanescente que não aceitar a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço, não se aplicam as disposições do subitem 12.3.1.
- 12.4. Decorridos 90 (noventa) dias da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as Licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 12.5. Uma vez assinado o termo de contrato, o objeto contratado estará sujeito a fiscalização durante toda sua vigência, nos termos do artigo 199 e seguintes do RILC;
 - 12.5.1. Insere-se, em especial, no âmbito da atividade fiscalizadora, o poder da FOMENTO PARANÁ de rejeitar objetos ou serviços prestados pela contratada, caso seja constatado que a suas especificações não se coadunem com as exigências previstas neste Edital e anexos.
- 12.6. Caso a Licitante vencedora se recuse a formalizar a entrega do objeto dentro dos prazos acordados, sem justificativa por escrito e aceita por esta FOMENTO PARANÁ, estará incurso nas penalidades seguintes, bem como acarretará a decadência do direito de fornecimento, não afastando ainda a adoção de outras medidas legais aplicáveis ao caso:
 - 12.6.1. Perda de todos os direitos da Licitante vencedora com relação à adjudicação do objeto da presente licitação e aplicação das sanções legais cabíveis por descumprimento total da obrigação assumida;
 - 12.6.2. MULTA e demais penalidades, conforme as situações previstas nos artigos 208 a 216 do RILC;
- 12.7. Na ocorrência da hipótese descrita acima o Agente de Licitação examinará as ofertas subsequentes e a habilitação das Licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a mesma declarada vencedora, se apta ao fornecimento.
- 12.8. O fornecimento decorrente deste procedimento poderá ser alterado qualitativa e quantitativamente, desde que por acordo das partes, conforme artigo 168 e seguintes do RILC.
- 12.9. A extinção do contrato, quanto aos casos em que poderá ocorrer e as formas de sua efetivação, bem como, suas consequências, serão regidas pelo disposto nos artigos 205 e seguintes do RILC.
- 12.10. À Licitante remanescente que não aceitar a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço, não se aplicam as disposições do subitem 12.6.

13. DA GARANTIA

- 13.1. A fim de garantir a fiel observância dos serviços prestados e dos termos do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, representada por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 13.2. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução e expedição do termo de recebimento definitivo do objeto contratual e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente com base na variação do índice da caderneta de poupança;
 - 13.2.1. Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA se obrigará a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data em que for notificada pela FOMENTO PARANÁ.
- 13.3. Na hipótese de renovação contratual, a garantia deverá ser atualizada e apresentada à FOMENTO PARANÁ, no mesmo prazo e percentual estabelecido no item 13.1 deste instrumento.
- 13.4. O não cumprimento da exigência prevista nos itens 13.1 e 13.3 ensejará a aplicação das penalidades previstas no Título 14 deste instrumento.

14. DAS PENALIDADES

- 14.1. Pelas infrações decorrentes do fornecimento assumido com a FOMENTO PARANÁ, garantida a Defesa Prévia, as Licitantes estarão sujeitas às sanções previstas neste Edital, na Lei nº 13.303/16, na Lei nº 10.520/02 e no RILC - Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Agência de Fomento do Paraná S.A. - FOMENTO PARANÁ, especialmente as disposições do artigo 208 ao 216.
- 14.1.1. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, em que se assegure ampla defesa, observadas, ainda, as disposições constantes nos artigos 217 a 220 do RILC.

15. DOS RECURSOS

- 15.1. Qualquer Licitante poderá, após declaração do vencedor da disputa pelo Agente de Licitação, manifestar a intenção de recorrer, de forma motivada, sendo essa manifestação reduzida a termo na ata da sessão.
- 15.2. Ao recorrente será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das razões e memoriais de recurso, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 15.3. Os recursos serão recebidos, processados e decididos com observância do disposto na Lei Federal 10.520/02, bem como no contido nos artigos 98 a 101 do RILC.
- 15.4. A falta de manifestação imediata e motivada das Licitantes durante a sessão do Pregão importará a decadência do direito de recurso, ficando o Agente de Licitação autorizado a adjudicar o objeto à Licitante declarada vencedora.
- 15.5. O acolhimento de recurso administrativo, interposto nos estritos termos da legislação e consoantes aos dispositivos deste edital, implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, nos termos do artigo 102 do RILC.
- 15.6. O recurso contra decisão do Agente de Licitação não terá efeito suspensivo.

16. DO PAGAMENTO

- 16.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação à FOMENTO PARANÁ, da Nota Fiscal/Fatura de prestação de serviços, previamente aprovada, com indicação dos dados para depósito - nº do banco, nº da agência, nº da conta-corrente.
- 16.2. Referidos documentos deverão ser apresentados até o quinto dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços; o prazo máximo para pagamento será de até 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 16.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto e se perdurar pendência em relação ao cumprimento das obrigações contratuais ou em virtude de penalidade ou inadimplência.
- 16.4. Para o pagamento, a contratada obriga-se a manter as condições habilitatórias durante toda a vigência do contrato.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Aplicam-se à execução desta contratação o estabelecido no presente edital e seus anexos, as disposições constantes do artigo 187 do RILC - Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Agência de Fomento do Paraná S.A. - FOMENTO PARANÁ e, ainda, Lei Federal nº 13.303/16, subsidiariamente, a Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas pertinentes.
- 17.2. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, observado disposto no artigo 101 do RILC.
- 17.3. Qualquer manifestação em relação à presente licitação fica condicionada à apresentação de documento de identificação e instrumento público ou particular de procuração com firma reconhecida, sendo necessária a comprovação de que o subscritor tem poderes para tal delegação. Em sendo sócio da empresa, deverá ser apresentada cópia do estatuto ou contrato social e documento de identidade.
- 17.4. Nenhum interessado poderá participar da presente licitação representando mais de uma empresa Licitante.
- 17.5. O Agente de Licitação, no interesse da FOMENTO PARANÁ, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da Licitação, sendo possível a realização de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

- 17.6. Não será concedido prazo para apresentação dos documentos exigidos e não anexados e/ou não inseridos nos envelopes correspondentes; sendo possível, no entanto, a critério do Agente de Licitação, o saneamento de falhas, de complementação de insuficiências ou, ainda, de correções de caráter formal no curso do procedimento, nos termos do artigo 45, § único, do RILC.
- 17.7. Em caso de apresentação de cópias de documentos não autenticadas em cartório, estas poderão ser autenticadas pelo Agente de Licitação, por ocasião da apresentação imediata dos documentos originais, quando solicitados.
- 17.8. O Agente de Licitação poderá promover quaisquer diligências que julgar necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as Licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado este do recebimento da convocação.
- 17.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, observando o princípio do formalismo moderado, desde que não comprometam o interesse da FOMENTO PARANÁ, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.10. Da(s) reunião(ões) lavrar-se-á(ão) ata(s) circunstanciada(s), na(s) qual(is) serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final deverá(ão) ser assinada(s) pelo Agente de Licitação, Equipe de Apoio e pelos representantes das Licitantes presentes.
- 17.11. No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes não abertos serão devidamente rubricados, podendo ficar sob a guarda do Agente de Licitação e Equipe de Apoio, ou serem mantidos com os licitantes participantes, sendo a decisão reduzida a termo na ata da sessão.
- 17.12. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição àqueles requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 17.13. Em caso de envelopes enviados pelo correio e/ou qualquer outra modalidade que não a presencial, deverá o licitante comparecer na data e horário da sessão pública do pregão, respeitado o item 2 do presente edital, sob pena de aplicação dos itens 2.4 e 2.5 do Edital.
- 17.14. Fazem parte integrante do presente Edital os seguintes Anexos:
- I - Termo de Referência;
 - II - Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
 - III - Modelo de instrumento particular de procuração para representante;
 - IV - Modelo de Proposta de Preço – Envelope nº 1;
 - V - Documentos de Habilitação – Envelope nº 2;
 - VI - Modelo de Indicação de Equipe Técnica;
 - VII - Modelo de Contrato de Prestação de Serviços.
- 17.15. Quaisquer dúvidas sobre o disposto no presente edital deverão ser objeto de consultas, por escrito, ao Agente de Licitação - Setor de Compras, Licitações e Contratos da Agência de Fomento do Paraná S.A, situada na Rua Comendador Araújo, nº 652, 5º andar – Batel – Curitiba-PR, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada para a abertura da licitação, as quais serão respondidas e tornadas públicas a todos os interessados, no endereço eletrônico: www.fomento.pr.gov.br.
- 17.16. Não sendo feito nesse prazo pressupõe-se que os elementos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das propostas, não cabendo à Licitante o direito a qualquer reclamação posterior.
- 17.17. A participação na licitação por meio da apresentação de envelopes, implica aceitação irrestrita das condições estabelecidas no respectivo instrumento convocatório, independentemente de manifestação expressa nesse sentido, nos termos do artigo 50 do RILC.
- 17.18. Todos os interessados, antes da formulação de suas propostas, devem acessar a página referida no item 17.15, para inteirar-se de possíveis alterações, questionamentos/respostas e/ou esclarecimentos em torno deste edital, pois não poderão alegar desconhecimento em relação aos mesmos.
- 17.19. Informações complementares, assim como a retirada do Edital poderão ser obtidas junto a AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A., Rua Comendador Araújo, nº 652, 5º andar – Batel – Curitiba-PR, ou pelo e-mail: licitacao.fomento@fomento.pr.gov.br

Curitiba, 04 de abril de 2019.

MARCOS HEITOR GRIGOLI
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E DE PESSOAS

Assinado de forma digital por MARCOS HEITOR
GRIGOLI:76370976920
Dados: 2019.04.05 13:35:47 -03'00'

LICITAÇÃO/RPP/FOMENTOPARANÁ/Nº01-19
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA LICITAÇÃO

Contratação, em LOTE ÚNICO, de prestação de serviços técnicos especializados de Auditoria Independente na Agência de Fomento do Paraná S.A. – FOMENTO PARANÁ, compreendendo o exame das demonstrações contábeis e financeiras, acompanhamento e exame das informações periódicas e eventuais a serem remetidas aos órgãos oficiais, orientação técnica e aferição da fidedignidade dos procedimentos de controles internos, assessoria, acompanhamento e revisão dos procedimentos fiscais e tributários aplicáveis e a emissão de pareceres e relatórios circunstanciados relativos ao período de Janeiro de 2019 a dezembro de 2023.

1.1 Características da Contratante

A Fomento Paraná é uma instituição financeira de economia mista organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado com capital social majoritariamente pertencente ao Estado do Paraná.

A criação da instituição foi autorizada pela Lei Estadual nº 11.741, de 1997 e, em 08/11/1999 foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil por meio do documento DEORF/DIFIN-99/239.

Como instituição financeira, a Fomento Paraná tem todas as operações e atividades submetidas às normas do Sistema Financeiro Nacional - SFN e é regularmente auditada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, entre outros órgãos.

Principais indicadores em 30.06.2018:

- ✓ *Início das atividades 20/01/2000*
- ✓ *Capital Social Integralizado R\$ 1.423 milhões*
- ✓ *Ativo Total R\$ 1.966,4 milhões*
- ✓ *Carteira de Operações de Crédito R\$ 1.132,7 milhões*
- ✓ *Patrimônio Líquido R\$ 1.643,3 milhões*
- ✓ *Lucro Líquido R\$ 45 milhões*

Maiores detalhes sobre a instituição e demonstrações contábeis e financeiras, disponíveis em www.fomento.pr.gov.br.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. Auditoria das demonstrações contábeis

Auditoria das demonstrações contábeis e financeiras da FOMENTO PARANÁ e emissão de relatórios circunstanciados e pareceres sobre as demonstrações contábeis e financeiras semestrais e anuais para os períodos encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro dos respectivos exercícios, incluindo orientação técnica por ocasião da elaboração dessas demonstrações inclusive quanto à preparação das notas explicativas correspondentes, aferindo a fidedignidade dos valores e resultados econômicos, bem como, apuração dos tributos, julgando a conformidade das demonstrações contábeis e financeiras com os princípios e práticas contábeis, com a legislação societária vigente e com legislações específicas, regulamentos e normas emanadas do Conselho Monetário Nacional - CMN, pelo Banco Central do Brasil - BACEN, órgãos repassadores de recursos e, no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicáveis a FOMENTO PARANÁ.

2.1.1. Relatórios a serem emitidos:

- (a) Relatório de auditoria de acordo com as normas brasileiras de contabilidade e internacionais de auditoria, contemplando as demonstrações contábeis e financeiras e respectivas notas explicativas da FOMENTO PARANÁ, para os semestres e exercícios findos durante a vigência do contrato, de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para as demonstrações financeiras individuais, previsto na Resolução do CMN nº 3.198/2004;

- (b) Relatório de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, conforme a Resolução do CMN nº 4.280/2013, quando aplicável, para os semestres findos durante a vigência do contrato;
- (c) Relatório circunstanciado de revisão dos critérios adotados pela instituição quanto à classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações contábeis e financeiras, previsto na Resolução do CMN nº 2.682/1999;
- (d) Elaboração de relatório sobre a avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, evidenciando as deficiências identificadas, relativamente ao Banco e empresas controladas, nos termos da Resolução nº 3.198, de 27 de maio de 2004, do Conselho Monetário Nacional, e das Circulares nº 3.467, de 14 de setembro de 2009, e nº 3.482, de 20 de janeiro de 2010, do Banco Central do Brasil;
- (e) Relatório de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, que tenham, ou possam vir a ter reflexos relevantes nas demonstrações contábeis e financeiras ou nas operações do FOMENTO PARANÁ, na forma estabelecida no inciso III do art. 21 da Resolução do CMN nº 3.198/2004;
- (f) Relatório de avaliação dos programas de financiamento aos órgãos governamentais repassadores de recursos à FOMENTO PARANÁ, quando solicitado pelo órgão repassador;
- (g) Emissão de outros relatórios ou pareceres exigidos ou que venham a ser exigidos, no decorrer da vigência do contrato, pelo BACEN e outros órgãos reguladores, e demais documentos que se fizerem necessários para o estrito cumprimento da norma legal;
- (h) As normas citadas neste item poderão sofrer alterações e/ou serem substituídas por outras, devendo a licitante atender às exigências regulamentares.

2.2. Revisão dos procedimentos fiscais e tributários

Revisão mensal dos procedimentos Fiscais e Tributários da FOMENTO PARANÁ, revisão da consistência interna e externa entre as obrigações acessórias vigentes a cada época, por meio do confronto das informações transmitidas aos órgãos Federal e Municipal, conforme descrito a seguir:

- (a) Revisão mensal dos procedimentos fiscais e tributários, compreendendo o exame e a avaliação, conforme legislação vigente a cada época, dos procedimentos adotados para cálculo, registro, apuração, pagamento e recuperação de tributos da FOMENTO PARANÁ, envolvendo os seguintes tributos próprios: IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, ISSQN e os impostos e contribuições sociais retidos em decorrência de serviços de terceiros contratados, bem como o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF) e outros tributos que venham a ser instituídos na vigência do contrato de auditoria, visando atestar sua adequação e o cumprimento de obrigações acessórias.
- (b) Revisão mensal das Declarações de Débitos e Créditos de Tributos Federais – DCTF, e do Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação – PER/DCOMP.
- (c) Revisão mensal dos arquivos da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf.
- (d) Revisão da Escrituração Contábil Fiscal - ECF, bem como, revisão dos procedimentos adotados e validação dos valores escriturados na parte “A” e “B” da ECF, anos calendários 2018 a 2023.
- (e) Revisão dos procedimentos adotados na elaboração da Escrituração Contábil Digital - ECD, anos calendários 2018 a 2023.
- (f) Revisão mensal dos procedimentos adotados na elaboração da Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social - EFD Social, no que compete a DCTFWEB.
- (g) Revisão dos procedimentos adotados na elaboração e revisão do preenchimento Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - DIRF.
- (h) Revisão dos procedimentos adotados na elaboração da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DES-IF, se aplicável.

- (i) Revisão dos procedimentos adotados no envio mensal de todas as notas fiscais recebidas, declaradas no sistema eletrônico de declaração do ISS denominado ISS CURITIBA.

OBS.: Adicionalmente, deverá ser emitido relatório de recomendações sobre os controles internos, compreendendo as constatações decorrentes da revisão que tenham consequências financeiras para a contratante, quando aplicável, relativa às revisões fiscais.

3. EQUIPE TÉCNICA

3.1. Para a realização de Auditoria Independente, a contratada deverá disponibilizar uma Equipe Técnica, compreendendo os profissionais a serem alocados para a execução do contrato a ser assinado, a qual deverá ser constituída, no mínimo, por 6 (seis) profissionais com vínculo de natureza profissional ou de contrato de trabalho, e com os requisitos mínimos nas condições como segue:

Função	Quantitativo	Perfil – Requisitos mínimos
Responsável Técnico	1	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diploma ou certificado de conclusão de graduação em Ciências Contábeis, emitida por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo MEC ; ✓ Registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI; ✓ Experiência mínima de 5 (cinco) anos de atuação na área de auditoria.
Gerente de Auditoria Contábil independente e de avaliação dos Controles Internos	1	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diploma ou certificado de conclusão de graduação em Ciências Contábeis, emitida por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo MEC; ✓ Registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI; ✓ Experiência mínima de 5 (cinco) anos de atuação na área de auditoria.
Profissional Especialista em Auditoria Fiscal	1	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diploma ou certificado de conclusão de graduação em Ciências Contábeis, com pós-graduação em áreas correlatas ao objeto da licitação (como por exemplo: auditoria, contabilidade, controles internos, controladoria, tributária), emitida por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo MEC; ✓ Comprovação de registro no conselho de classe; ✓ Experiência mínima de 5 (cinco) anos de atuação na área de auditoria.
Profissional no nível Sênior (pleno) – Supervisor de equipe	1	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diploma ou certificado de conclusão de graduação em Ciências Contábeis ou outra graduação, com pós-graduação em áreas correlatas ao objeto da licitação (como por exemplo: auditoria, contabilidade, controles internos, controladoria, tributária), emitida por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo MEC; ✓ Comprovação de registro no conselho de classe, se houver; ✓ Experiência mínima de 3 (três) anos de atuação na área de auditoria.
Profissional no nível Júnior	2	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diploma ou certificado de conclusão de graduação em qualquer área, emitida por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo MEC; ✓ Experiência mínima de 2 (dois) anos de atuação na área de auditoria.

3.2. O responsável técnico deverá ser o representante da CONTRATADA que assinará os pareceres e relatórios;

3.3. Previamente à assinatura do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da convocação, a licitante vencedora deverá apresentar a indicação dos integrantes da Equipe Técnica, conforme modelo constante do Anexo VI, juntamente com a documentação comprobatória dos requisitos mínimos de certificação, qualificação, experiência e vínculo de natureza profissional, indicados no item 3.1 deste Anexo;

3.3.1. Os documentos de comprovação profissional poderão ser: Cópia da Carteira de Trabalho, contrato social ou outro documento que comprove vínculo de natureza profissional, ou ainda, declaração de contratação futura do profissional apresentado, acompanhada de declaração de anuência do profissional;

3.3.2. Os documentos de comprovação de experiência profissional, contendo data de início e término do tempo de atuação, poderão ser:

a) Sócio/ Diretor/ Administrador: documentos de constituição da empresa contendo o nome do membro da Equipe

- Técnica Indicada; Certidão simplificada emitida pela Junta Comercial ou Contrato Social e alterações; ou Estatuto Social atualizado e relação de acionistas; ou
- b) Carteira do Trabalho (folha que contém assinatura e foto, e da folha que contém registro na empresa empregadora); ou
 - c) Declaração da empregadora anterior contendo o período e a função exercida.
- 3.4. Os serviços de que tratam o presente edital deverão ser executados direta e pessoalmente pelos mesmos profissionais integrantes da equipe técnica constante da documentação apresentada para contratação.
- 3.4.1. Na hipótese de modificação da constituição da equipe técnica durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá submeter à FOMENTO PARANÁ a solicitação de alteração de sua composição, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, para aprovação formal;
- 3.4.2. Em ocorrendo a hipótese prevista neste item, a CONTRATADA deverá apresentar, para exame e avaliação da FOMENTO PARANÁ, a documentação relativa aos novos componentes da equipe técnica, conforme exigido na contratação, em compatibilidade com o objeto deste Edital;
- 3.5. A CONTRATADA é responsável pelas obrigações e exigências contidas na Resolução do CMN nº 3198/2004 relativamente à equipe técnica indicada para a prestação dos serviços à FOMENTO PARANÁ;
- 3.6. A CONTRATADA deverá apresentar semestralmente, antes do início dos trabalhos, o programa das auditorias a serem realizadas, contemplando os pontos a serem examinados e respectivo cronograma;
- 3.7. A FOMENTO PARANÁ é uma instituição financeira com patrimônio líquido superior a 1,5 bilhão de reais e ativos totais na ordem de 2 bilhões de reais (valores em 30.06.2018). Suas atividades estão submetidas à normatização do Sistema Financeiro Nacional, sendo regularmente auditada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, entre outros órgãos. Tendo em vista o amplo universo de operações de financiamento ao setor público e privado, seja com recursos próprios, ou com recursos de órgãos repassadores como BNDES, FINEP, e também do FGTS, que exigem tratamentos contábeis diferenciados, bem como toda a gama da legislação bancária e tributária a que a FOMENTO PARANÁ está sujeita, as exigências de formação acadêmica e de experiência profissional da equipe técnica são requisitos indispensáveis para a satisfatória execução do contrato pela licitante vencedora.

4. PRAZO DO CONTRATO

O contrato será celebrado pelo prazo de 60 (sessenta) meses.

5. PREÇO MÁXIMO GLOBAL ADMITIDO

- 5.1. O ORÇAMENTO É SIGILOSOS, conforme Art.34 § 3º da Lei Federal 13.303/16;
- 5.2. O valor a ser remunerado será aquele efetivamente proposto, necessário à plena execução do objeto desta licitação, não sendo admitidos acréscimos, encargos ou qualquer outro valor, a qualquer título;
- 5.3. O valor proposto deverá contemplar todas as despesas diretas e indiretas necessárias ao pleno fornecimento/execução dos serviços contratados, dentre elas: administrativas, financeiras, trabalhistas, fiscais, previdenciárias e outras de caráter social (salários, férias, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Previdência Social, aviso prévio, multa rescisória, domingos remunerados, treinamento, tíquete refeição, vale transporte, entre outros, demais benefícios sindicais); transporte, passagem, hospedagem, diária, alimentação; seguros contra acidentes pessoais, materiais, contra terceiros e responsabilidade civil; indenizações; multas e outras penalidades pela inobservância dos dispositivos legais pertinentes; taxas sindicais e outras não relacionadas, incidentes sobre os serviços; autorizações, licenças, e demais documentos legais; bem como qualquer outro tributo ou valor relacionado com exigências municipais, estaduais ou federais;
- 5.4. Serão de responsabilidade exclusiva da contratada todas as gestões, providências e despesas com vistas à obtenção de licenças/autorizações eventualmente necessárias para a realização dos serviços, como impostos, taxas, contribuições, emolumentos, indenizações, seguros e acidentes pessoais e/ou materiais, inclusive contra terceiros e responsabilidade civil, que possam vir a ocorrer na execução ou em decorrência dos serviços licitados, e por quaisquer consequências danosas decorrentes, sejam de ordem administrativa, extrajudicial ou judicial, inclusive honorários advocatícios, se for o caso;
- 5.5. A contratada responsabiliza-se, ainda, por todos os demais encargos/obrigações decorrentes ou relacionados com a realização dos serviços, não cabendo, em qualquer hipótese, ressarcimento ou indenização a qualquer título por parte da FOMENTO PARANÁ;

5.6. A licitante vencedora deverá reapresentar, em 01 (um) dia útil após o encerramento da sessão, a proposta de preços (Anexo IV), conforme o valor arrematado.

6. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇO

O prazo de validade da proposta de preço deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da presente licitação.

7. METODOLOGIA DA DISPUTA

As Licitantes deverão ofertar lance pelo valor mensal dos serviços a serem prestados, sendo declarada vencedora a licitante que ofertar o menor Valor Mensal.

8. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento dos serviços contratados através deste procedimento licitatório será efetuado conforme a Cláusula Quarta do Anexo VII.
- 8.2. Previamente à liberação de cada parcela, a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal-Fatura de Prestação de Serviços discriminando o valor referente à execução dos trabalhos e as retenções pertinentes na forma da legislação em vigor, se existentes.
- 8.3. Não havendo expediente bancário, o pagamento fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.
- 8.4. A contratada declara-se ciente e de acordo de que os pagamentos somente serão efetivados após a comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, e apresentação dos documentos correspondentes.
- 8.5. A falta de apresentação de qualquer um dos documentos solicitados implica a suspensão do pagamento correspondente, até a efetiva regularização da pendência.

9. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

O valor contratado poderá ser atualizado monetariamente na menor periodicidade permitida pela legislação em vigor, a qual, nesta data, é de 12 (doze) meses, com base na variação mensal positiva acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preço – Mercado), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou de seu substitutivo legal ou, na sua falta, por qualquer outro índice que reflita a variação monetária no período, a critério da FOMENTO PARANÁ.

10. CONDIÇÕES ESPECIAIS

- 10.1. Atualmente, os serviços vêm sendo prestados pela KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, cujo contrato terá vigência até 14.04.2019.
- 10.2. A FOMENTO PARANÁ designará um funcionário para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato a ser firmado, com poderes para sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por motivo que caracterize a necessidade de tal medida.
- 10.3. A CONTRATADA deverá designar preposto para acompanhar a execução do contrato.
- 10.4. Em face dos dispositivos da Lei 13.303/2016, a CONTRATADA, seu Preposto e Equipe Técnica, aderem ao Código de Conduta e Integridade da Agência de Fomento do Paraná S.A. - FOMENTO PARANÁ.

11. ORIGEM DOS RECURSOS

Recursos próprios da Agência de Fomento do Paraná S.A., previstos em seu orçamento, conforme Declaração de Disponibilidade Financeira constante do processo licitatório.

LICITAÇÃO/RPP/FOMENTOPARANÁ/Nº01-19
ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

A empresa _____ CNPJ nº _____, sediada

_____, declara, sob as penas da lei, que conhece todas as cláusulas do edital, a elas se submetendo, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos na LICITAÇÃO/RPP/FOMENTOPARANÁ/Nº01-19.

Declara, ainda, que () ostenta / () não ostenta a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da LC 123/2006.

_____, de _____ de 2019.

(assinatura do representante legal da empresa)

Nome:

RG.:

Obs: *Esta Declaração deverá ser entregue ao Agente de Licitação na Sessão de credenciamento, separada dos envelopes habilitação e proposta.*

LICITAÇÃO/RPP/FOMENTOPARANÁ/Nº01-19
ANEXO III
MODELO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO PARA REPRESENTANTE

PROCURAÇÃO/AUTORIZAÇÃO PARA REPRESENTAR A LICITANTE
NA LICITAÇÃO/RPP/FOMENTOPARANÁ/Nº01-19

(Empresa) _____, estabelecida na rua _____, CNPJ N° _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a) _____, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr (a) _____ portador(a) da Cédula de Identidade RG. N° _____ e CPF n° _____ a quem confere poderes para representar a firma outorgante em todas as fases desta licitação, podendo acordar, renunciar, discordar, transigir, **oferecer lances**, assinar Atas, receber em devolução documentação pertencente à empresa, agindo sempre em nome da empresa representada, com todas as prerrogativas de representante legal, para esse fim específico. Estamos cientes de que responderemos em juízo ou fora dele, se for o caso, por todos os atos que venham a ser praticados por este nosso representante legal.

_____, em ____ de _____ de 2019.

Diretor e/ou Representante Legal c/ firma reconhecida

Observação: AUTORIZAÇÃO PARA REPRESENTAR A PROPONENTE NA LICITAÇÃO, datada e assinada pelo Diretor ou Representante Legal da firma, desde que a participação não seja feita pelo próprio titular, ou titulares, ou representante legal, observados os itens 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3 do Edital de Licitação.

Obs: *Esta Procuração deverá ser entregue ao Agente de Licitação na Sessão de credenciamento, separada dos envelopes habilitação e proposta.*

LICITAÇÃO/RPP/FOMENTOPARANÁ/Nº01-19
ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO – ENVELOPE Nº 1

Curitiba, ___ de _____ de 2019.

À
Agência de Fomento do Paraná S.A.
Rua Comendador Araújo, 652 - Batel
Curitiba-PR

Ref.: LICITAÇÃO/RPP/FOMENTOPARANÁ/Nº01-19

Prezados Senhores:

Apresentamos, a seguir, nossa proposta de preço elaborada em conformidade com as especificações contidas no Edital de Licitação em referência:

1. OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

LOTE ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (60 MESES)
01	Prestação de serviços de auditoria independente, conforme especificações descritas nos termos do Edital e seus Anexos.	R\$. ,	R\$. ,

Declaramos para os devidos fins e efeitos que temos conhecimento e estamos de acordo com o conteúdo e exigências contidas no Edital, pelo que desde já, obrigamo-nos ao cumprimento das mesmas.

Declaramos ainda, que estamos cientes e atenderemos, quando convocados, a indicação da Equipe Técnica a ser alocada para a execução do contrato, nos termos do item 3 do Anexo I do Edital.

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

O prazo de validade da presente proposta é de ____ (_____) dias contados da data de abertura do Envelope nº 1.

3. IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

Nome/razão social/CNPJ/MF:

Endereço/Fone/Fax/Endereço eletrônico:

A presente proposta foi elaborada com estrita observância às demais exigências do Edital em referência e seus anexos, o qual nos comprometemos a cumprir integralmente.

Atenciosamente,

(nome e assinatura do Licitante ou de seu procurador)

Obs: A Proposta de Preços deverá ser acondicionada dentro do ENVELOPE Nº 1.

LICITAÇÃO/RPP/FOMENTOPARANÁ/Nº01-19
ANEXO V
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 2

- 1. Habilitação Jurídica:** Apresentar um dos documentos a seguir, de acordo com o regime jurídico da Licitante:
 - 1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
 - 1.2.1. A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social, ou do Estatuto, acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado acompanhado das alterações posteriores, se houver, ou ainda, pela Certidão Simplificada da Junta Comercial.
 - 1.2.2. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, também deverá ser apresentado Decreto de autorização de funcionamento expedido pelo órgão competente.

- 2. Regularidade Fiscal:** Apresentar os documentos a seguir, em plena validade na data de abertura da licitação:
 - 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
 - 2.2. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
 - 2.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal.

- 3. Qualificação Econômico-Financeira:**
 - 3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, ou Certidão Negativa de Insolvência Civil e/ou Execução Patrimonial Concursal, expedida pelo distribuidor da sede da Licitante há não mais que 90 (noventa) dias contados da data fixada para abertura da Licitação;

- 4. Qualificação Técnica Operacional:**
 - 4.1. Comprovação de Registro de Auditor Independente – Pessoa Jurídica, na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nos termos da Resolução Bacen nº 3198/2004;
 - 4.2. Atestado(s) fornecido(s) por instituições financeiras, públicas ou privadas, autorizadas a funcionar pelo BACEN, que comprovem a realização da prestação de serviços compatíveis em características, quantidade e prazos com o objeto desta licitação:
 - I – emitidos por instituições financeiras com patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 821.653.000,00 (oitocentos e vinte e um milhões, seiscentos e cinquenta e três mil reais) no período auditado, **E**;

 - II – emitidos por instituições financeiras com carteira de crédito própria com montante igual ou superior a R\$ 566.399.000,00 (quinhentos e sessenta e seis milhões, trezentos e noventa e nove mil reais) no período auditado.
 - 4.2.1. Os atestados deverão ser apresentados em papel timbrado da empresa emitente, assinados e datados, e devem comprovar que a entidade realizou prestação de serviços de auditoria independente de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando o período de, pelo menos, um exercício social (01 de janeiro a 31 de dezembro);
 - 4.2.2. Serão aceitos atestados contendo descrição de serviço que permita aferir, de maneira clara e assertiva, que os serviços prestados referem-se a auditoria das demonstrações financeiras, auditoria das demonstrações contábeis ou auditoria das demonstrações contábeis e financeiras;
 - 4.2.3. Não serão aceitos atestados que contemplem outras modalidades de auditoria (interna, de obras, projetos, etc). Também não serão aceitos atestados de prestação de serviços de assessoria, consultoria ou perícia contábil e outros, que não se coadunam com os serviços pretendidos pela FOMENTO PARANÁ;
 - 4.2.4. Os atestados deverão ser acompanhados das respectivas Demonstrações Financeiras auditadas, devidamente publicadas, bem como, do Relatório/Parecer de Auditoria correspondente, emitido pela Licitante, a fim de comprovar o objeto, temporalidade e os requisitos exigidos (patrimônio líquido e carteira de crédito própria);
 - 4.2.5. Para atendimento dos itens I e II poderão ser apresentados atestados distintos, ou um único atestado emitido por instituição financeira que contemple os dois requisitos (patrimônio líquido e carteira de crédito própria).
 - 4.2.6. Os valores mínimos de patrimônio líquido e carteira de crédito própria indicados nos incisos I e II foram estabelecidos à base de 50% (cinquenta por cento) dos valores apresentados nas demonstrações financeiras da

FOMENTO PARANÁ em 30.06.2018. Por essa razão, não será permitida a soma de atestados para atingimento dos requisitos (patrimônio líquido e carteira de crédito própria);

- 4.2.7. A exigência de apresentação dos atestados, com estabelecimento de valores mínimos de patrimônio líquido e carteira de crédito própria, busca evidenciar que a licitante possui experiência na realização de auditoria em Instituições Financeiras (bancos comerciais, múltiplos, de desenvolvimento, agências de fomento), que sejam do mesmo tipo e porte, e que desenvolvam atividades correlatas àquelas desenvolvidas pela FOMENTO PARANÁ.

Observações:

- a. Se o licitante for a matriz, todos os documentos dos itens 1, 2 e 3 devem estar em nome da matriz. Se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da matriz (ex.: Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União);
- b. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial participante da licitação;
- c. A ausência de qualquer documento solicitado, bem como a verificação de inconformidade dos mesmos ou, ainda, a verificação, *in loco* pelo Agente de Licitação, na sede da PROPONENTE, de qualquer discordância em relação às declarações apresentadas, poderá ensejar sua inabilitação;
- d. As certidões emitidas pelos endereços eletrônicos (internet) oficiais dos órgãos do governo terão sua validade condicionada à verificação, pelo Agente de Licitação, da veracidade quanto às informações apresentadas.

LICITAÇÃO/RPP/FOMENTOPARANÁ/Nº01-19
ANEXO VI
MODELO DE INDICAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA

Obs: Esta declaração deverá ser apresentada **SOMENTE** pela Licitante Vencedora, previamente à contratação, no prazo indicado no item 3.3 do Anexo I do Edital.

Curitiba, ___ de _____ de 2019.

À
 Agência de Fomento do Paraná S.A.
 Rua Comendador Araújo, 652 - Batel
 Curitiba-PR

Ref.: LICITAÇÃO/RPP/FOMENTOPARANÁ/Nº01-19

Prezados Senhores:

Em atendimento ao disposto no item 3 do Anexo I do Edital da LICITAÇÃO/RPP/FOMENTOPARANÁ/Nº01-19, apresentamos os profissionais que irão integrar a Equipe Técnica Indicada para o desempenho das atribuições especificadas no objeto da licitação, identificados como segue:

Função	Dados Pessoais			
Responsável Técnico	Nome:			
	Qualificação:			
	Formação Profissional:			
	Vínculo com a Licitante:			
	CI-RG:		CPF/MF:	
	Endereço completo:			
Gerente de Auditoria Contábil independente e de avaliação dos Controles Internos	Nome:			
	Qualificação:			
	Formação Profissional:			
	Vínculo com a Licitante:			
	CI-RG:		CPF/MF:	
	Endereço completo:			
Profissional Especialista em Auditoria Fiscal	Nome:			
	Qualificação:			
	Formação Profissional:			
	Vínculo com a Licitante:			
	CI-RG:		CPF/MF:	
	Endereço completo:			
Profissional no nível Sênior (pleno) – Supervisor de equipe	Nome:			
	Qualificação:			
	Formação Profissional:			
	Vínculo com a Licitante:			
	CI-RG:		CPF/MF:	
	Endereço completo:			
Profissional no nível Júnior	Nome:			
	Qualificação:			
	Formação Profissional:			
	Vínculo com a Licitante:			
	CI-RG:		CPF/MF:	
	Endereço completo:			

Ainda, em atendimento ao disposto no item 10.4 do Anexo I do Edital, esta Licitante e integrantes da Equipe Técnica, declaram-se cientes, e aderem ao Código de Conduta e Integridade da Agência de Fomento do Paraná S.A., cujo

conteúdo encontra-se publicado em
http://www.fomento.pr.gov.br/arquivos/File/Lei13303/Governanca_Corporativa/Codigo_Conduta_Integridade.pdf.

Acompanha a presente, os documentos comprobatórios indicados no item 3 do Anexo I do Edital.

Atenciosamente,

(nome e assinatura do Licitante Vencedor –
representante/procurador)

(nome e assinatura do Responsável Técnico)

(nome e assinatura do membro da Equipe Técnica -
Gerente de Auditoria Contábil independente e de
avaliação dos Controles Internos)

(nome e assinatura do membro da Equipe Técnica -
Profissional Especialista em Auditoria Fiscal)

(nome e assinatura do membro da Equipe Técnica –
Profissional no nível Sênior (pleno) – Supervisor de
equipe)

(nome e assinatura do membro da Equipe Técnica –
Profissional no nível Júnior)

LICITAÇÃO/RPP/FOMENTOPARANÁ/Nº01-19
ANEXO VII
MODELO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato de Prestação de Serviços nº xx-19 que fazem a
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A e xxxxxx, na
forma abaixo:

Pelo presente instrumento particular, comparecem, de um lado, como contratante, a **AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.**, a seguir também denominada **FOMENTO PARANÁ**, inscrita no CNPJ sob nº 03.584.906/0001-99, com sede na Rua Comendador Araújo, 652, nesta Capital, representada por seu Diretor xxxxx, o Sr. _____, e seu Diretor xxxxxx, o Sr. _____, doravante denominada **CONTRATANTE** e, _____, com sede na _____ - _____ / _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada pelo _____, doravante designada **CONTRATADA**, para celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços nº xx-19, em face de adjudicação dos serviços decorrentes da LICITAÇÃO/RPP/FOMENTOPARANÁ/Nº01-19, realizada em xx.xx.19, em conformidade com a Lei nº 13.303/16 e o RILC - Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Agência de Fomento do Paraná S.A. - FOMENTO PARANÁ, e de acordo com as cláusulas do Edital e seus anexos da licitação retro citada, bem como os termos da proposta da CONTRATADA, partes integrantes e complementares do presente Contrato, dentro das cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços técnicos especializados de Auditoria Independente na Agência de Fomento do Paraná S.A. – FOMENTO PARANÁ, compreendendo o exame das demonstrações contábeis e financeiras, acompanhamento e exame das informações periódicas e eventuais a serem remetidas aos órgãos oficiais, orientação técnica e aferição da fidedignidade dos procedimentos de controles internos, assessoria, acompanhamento e revisão dos procedimentos fiscais e tributários aplicáveis e a emissão de pareceres e relatórios circunstanciados relativos ao período de Janeiro de 2019 a dezembro de 2023, observados os princípios, normas e procedimentos legais vigentes, compreendendo:

I - Auditoria das demonstrações contábeis

Auditoria das demonstrações contábeis e financeiras da FOMENTO PARANÁ e emissão de relatórios circunstanciados e pareceres sobre as demonstrações contábeis financeiras semestrais e anuais para os períodos encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro dos respectivos exercícios, incluindo orientação técnica por ocasião da elaboração dessas demonstrações inclusive quanto à preparação das notas explicativas correspondentes, aferindo a fidedignidade dos valores e resultados econômicos, bem como, apuração dos tributos, julgando a conformidade das demonstrações contábeis e financeiras com os princípios e práticas contábeis, com a legislação societária vigente e com legislações específicas, regulamentos e normas emanadas do Conselho Monetário Nacional - CMN, pelo Banco Central do Brasil - BACEN, órgãos repassadores de recursos e, no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicáveis a FOMENTO PARANÁ.

a) Relatórios a serem emitidos:

- i. Relatório de auditoria de acordo com as normas brasileiras de contabilidade e internacionais de auditoria, contemplando as demonstrações contábeis e financeiras e respectivas notas explicativas da FOMENTO PARANÁ, para os semestres e exercícios findos durante a vigência do contrato, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para as demonstrações financeiras individuais, previsto na Resolução do CMN nº 3.198/2004;
- ii. Relatório de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, conforme a Resolução do CMN nº 4.280/2013, quando aplicável, para os semestres findos durante a vigência do contrato;
- iii. Relatório circunstanciado de revisão dos critérios adotados pela instituição quanto à classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações contábeis e financeiras, conforme previsto na Resolução do CMN nº 2.682/1999;
- iv. Elaboração de relatório sobre a avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, evidenciando as deficiências identificadas, relativamente ao Banco e empresas controladas, nos termos da Resolução nº 3.198, de 27 de maio de 2004, do Conselho Monetário Nacional, e das Circulares nº 3.467, de 14 de setembro de 2009, e nº 3.482, de 20 de janeiro de 2010, do Banco Central do Brasil;

- v. Relatório de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, que tenham, ou possam vir a ter reflexos relevantes nas demonstrações contábeis e financeiras ou nas operações do FOMENTO PARANÁ, na forma estabelecida no inciso III do art. 21 da Resolução do CMN nº 3.198/2004;
- vi. Relatório de avaliação dos programas de financiamento aos órgãos governamentais repassadores de recursos à FOMENTO PARANÁ, quando solicitado pelo órgão repassador;
- vii. Emissão de outros relatórios ou pareceres exigidos ou que venham a ser exigidos, no decorrer da vigência do contrato, pelo BACEN e outros órgãos reguladores, e demais documentos que se fizerem necessários para o estrito cumprimento da norma legal
- viii. As normas citadas neste item poderão sofrer alterações e/ou serem substituídas por outras, devendo a licitante atender às exigências regulamentares

II) Revisão dos procedimentos fiscais e tributários

Revisão mensal dos procedimentos Fiscais e Tributários da FOMENTO PARANÁ, revisão da consistência interna e externa entre as obrigações acessórias vigentes a cada época, por meio do confronto das informações transmitidas aos órgãos Federal e Municipal, conforme descrito a seguir:

- i. Revisão mensal dos procedimentos fiscais e tributários, compreendendo o exame e a avaliação, conforme legislação vigente a cada época, dos procedimentos adotados para cálculo, registro, apuração, pagamento e recuperação de tributos da FOMENTO PARANÁ, envolvendo os seguintes tributos próprios: IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, ISSQN e os impostos e contribuições sociais retidos em decorrência de serviços de terceiros contratados, bem como o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF) e outros tributos que venham a ser instituídos na vigência do contrato de auditoria, visando atestar sua adequação e o cumprimento de obrigações acessórias;
- ii. Revisão mensal das Declarações de Débitos e Créditos de Tributos Federais – DCTF, e do Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação – PER/DCOMP;
- iii. Revisão mensal dos arquivos da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf;
- iv. Revisão da Escrituração Contábil Fiscal - ECF, bem como, revisão dos procedimentos adotados e validação dos valores escriturados na parte “A” e “B” da ECF, anos calendários 2018 a 2023;
- v. Revisão dos procedimentos adotados na elaboração da Escrituração Contábil Digital - ECD, anos calendários 2018 a 2023;
- vi. Revisão mensal dos procedimentos adotados na elaboração da Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social - EFD Social, no que compete a DCTFWEB;
- vii. Revisão dos procedimentos adotados na elaboração e revisão do preenchimento Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – DIRF;
- viii. Revisão dos procedimentos adotados na elaboração da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DES-IF, se aplicável;
- ix. Revisão dos procedimentos adotados no envio mensal de todas as notas fiscais recebidas, declaradas no sistema eletrônico de declaração do ISS denominado ISS CURITIBA.

§ 1º - Deverá ser emitido relatório de recomendações sobre os controles internos, compreendendo as constatações decorrentes da revisão que tenham consequências financeiras para a contratante, quando aplicável, relativa às revisões fiscais.

§ 2º - A CONTRATADA deverá manter à disposição do Banco Central do Brasil, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, ou por prazo superior em decorrência de determinação expressa daquela Autarquia, os relatórios descritos no item **I.a** da Cláusula Primeira, bem como os papéis de trabalho, correspondências, contratos de prestação de serviços e outros documentos relacionados com os trabalhos de auditoria.

SEGUNDA – DO PRAZO PARA ENTREGA DOS TRABALHOS

A CONTRATADA compromete-se a entregar os pareceres e relatórios necessários, mediante os seguintes prazos:

I - Pareceres relativos à auditoria das demonstrações contábeis e financeiras:

- a) do exercício, para apreciação pelo Conselho Fiscal e aprovação pela Assembleia Geral da FOMENTO PARANÁ, até 60 (sessenta) dias corridos da data-base;
- b) do primeiro semestre de cada ano, para apreciação pelo Conselho Fiscal, até 40 (quarenta) dias corridos da data-base;

II - Relatórios:

- a) de auditoria, expressando sua opinião sobre as demonstrações contábeis e financeiras e respectivas notas explicativas, inclusive quanto à adequação às normas contábeis emanadas do Conselho Monetário Nacional-CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, nos mesmos prazos estabelecidos para o item I desta cláusula;
- b) de auditoria, expressando sua opinião sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial, conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 4.280/2013, quando aplicável, nos mesmos prazos estabelecidos para o item I desta cláusula;
- c) circunstanciado de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, evidenciando as deficiências identificadas, em observância aos procedimentos e normas legais vigentes, em especial aos critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.467, de 14/09/2009, até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a data de publicação das demonstrações objeto da auditoria independente;
- d) circunstanciado de revisão dos critérios adotados pela instituição quanto a classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras – Art. 12, da Resolução nº 2.682, do CMN, de 21.12.1999, até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a data de publicação das demonstrações objeto da auditoria independente;
- e) específico de avaliação dos programas de repasses previstos no item I.a.vi da Cláusula Primeira, no prazo estabelecido pelo órgão repassador do recurso.

TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato é celebrado pelo prazo de 60 (sessenta) meses, com início em xx.xx.2019 e término em xx.xx.2024.

§ 1º O prazo estabelecido no “caput” desta cláusula somente poderá ser prorrogado extraordinariamente, mediante aditamento, caso haja interesse das partes, observados os limites legais e requisitos fixados no RILC.

§ 2º A prestação dos serviços compreende os exercícios completos de 2019 a 2023.

QUARTA - VALOR, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços de que trata o presente contrato, a FOMENTO PARANÁ pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ xx.xxx,xx (xxxxxxxxxxx), resultando no valor total contratado de R\$ xxx.xxx,xx (xxxxxxxxxxx), observadas as condições estabelecidas nos parágrafos a seguir.

§ 1º A CONTRATADA deverá apresentar à FOMENTO PARANÁ Nota Fiscal-Fatura de Prestação de Serviços, até o quinto dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, com boleto bancário anexado ou indicando, Contrato, Banco, Agência e Conta Corrente para depósito.

§ 2º O pagamento será efetuado em até 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

§ 3º Não havendo expediente bancário no dia estabelecido no § 2º desta cláusula, o mesmo fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

§ 4º A CONTRATADA declara que o valor contratado abrange todas as despesas diretas ou indiretas da licitante, necessárias à plena execução do objeto do presente contrato, entre elas: administrativas, trabalhistas, encargos sociais, fiscais, taxa de administração, financeiras, lucro, mão-de-obra, seguros, taxas sindicais, hospedagem, diárias, alimentação, transporte e outras não relacionadas, incidentes sobre os serviços.

§ 5º No caso de eventual atraso no pagamento por culpa da FOMENTO PARANÁ, o valor devido será acrescido de multa de 2% (dois por cento);

§ 6º O valor contratado poderá ser atualizado monetariamente com base na variação mensal acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou de seu substitutivo legal, ou, na sua falta, por qualquer outro índice que reflita a variação monetária no período, a critério da FOMENTO PARANÁ, na menor periodicidade permitida pela legislação em vigor, a qual, nesta data, é de 12 (doze) meses.

QUINTA – CONDIÇÕES ESPECIAIS

Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas patronais para com os empregados em serviço, obrigações

essas de natureza trabalhista, fiscal, previdenciária e outras de caráter social (salários, férias, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Previdência Social, aviso prévio, multa rescisória, adicional noturno, horas extras, domingos remunerados, treinamento, alimentação, locomoção, hospedagem, etc.), os encargos inerentes ao seguro de acidentes do trabalho e indenização, responsabilidade civil, taxas sindicais e outras não relacionadas incidentes sobre os serviços, bem como a obrigação pelo recolhimento de todos os tributos (federais, estaduais e municipais) incidentes sobre os serviços objeto deste contrato e, ainda, eventuais multas devidas pela inobservância dos dispositivos legais pertinentes.

§ 1º Se durante a vigência do presente contrato, a FOMENTO PARANÁ vier a ser acionada judicialmente por qualquer motivo decorrente dos serviços ora contratados, inclusive e principalmente por débitos trabalhistas, a CONTRATADA expressamente autoriza, neste ato e por este instrumento, que sejam descontados de créditos porventura existentes, as importâncias a seu critério suficientes para cobertura de eventual condenação.

§ 2º A CONTRATADA concorda e aceita que as disposições constantes do “caput” desta cláusula são de sua inteira responsabilidade, mesmo que venham a ser exigidos após a rescisão ou encerramento da vigência deste contrato, obrigando-se, neste ato e por este instrumento, a ressarcir à FOMENTO PARANÁ todos os valores que esta porventura venha a desembolsar a qualquer tempo, em razão do mesmo.

§ 3º Fica expressamente estabelecido que, em caso de ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a CONTRATADA, nas quais a FOMENTO PARANÁ venha a ser chamada como solidária, a CONTRATADA assumirá todos os ônus que venham a ser atribuídos à FOMENTO PARANÁ.

SEXTA – OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

São obrigações da FOMENTO PARANÁ, além de outras especificadas neste Contrato, estipuladas pelo instrumento convocatório e estabelecidas em Lei:

- a) publicar, no Diário Oficial do Estado do Paraná, o extrato do presente contrato e de eventuais aditivos; e
- b) acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados nos termos indicados na proposta comercial e na nota fiscal. Para o desempenho dos trabalhos ora contratados;

§ 1º A FOMENTO PARANÁ garante à CONTRATADA completa autonomia de trabalho, com acesso aos livros, documentos e anotações que se relacionem direta ou indiretamente com a auditoria.

§ 2º Notificar a CONTRATADA sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas necessárias.

SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) conduzir os trabalhos ora contratados em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis e em estrita observância da legislação em vigor;
- b) executar os serviços através de pessoas idôneas, legalmente habilitadas e devidamente treinadas, em conformidade com a declaração de composição da Equipe Técnica e da Proposta Técnica apresentada pela CONTRATADA;
- c) informar, formalmente, à CONTRATANTE eventual alteração na composição da Equipe Técnica, admitida a substituição dos profissionais com experiência e formação profissional equivalente ou superior, desde que motivada e aprovada pela CONTRATANTE, devendo, neste caso, ser comprovado que os novos profissionais atendem a todos os requisitos especificados no Edital para a respectiva função;
- d) informar à FOMENTO PARANÁ, sempre que solicitado, e com base nas indicações fornecidas, o estágio dos serviços contratados;
- e) repassar à empresa de auditoria que a suceder todas as informações pertinentes, de acordo com a ética desse ramo de atividade;
- f) fornecer ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria da FOMENTO PARANÁ, quando solicitado, os subsídios por este julgados necessários ao exame que lhe cabe, relativo às contas examinadas;
- g) sempre que solicitado a CONTRATADA se obriga a apresentar à CONTRATANTE os documentos necessários para a comprovação da manutenção da certificação de auditor independente, nos termos do artigo 18, da Resolução do CMN nº 3.198/2004;
- h) Nomear seus prepostos para acompanhamento e comparecimento, sempre que convocada, ao local data e horário designados pela FOMENTO PARANÁ, para esclarecimento de eventuais dúvidas/problemas relacionados aos serviços contratados;
- i) cumprir e fazer cumprir por seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer

- determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto deste Contrato, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão das normas em vigor;
- j) utilizar, de forma privativa e confidencial, os documentos e dados fornecidos pela Fomento Paraná, para a execução deste Contrato;
 - k) manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas no respectivo processo licitatório;
 - l) comunicar a FOMENTO PARANÁ qualquer alteração do quadro societário decorrente da associação da contratada com outrem, fusão, cisão ou incorporação;
 - m) Apresentar semestralmente, antes do início dos trabalhos, o programa das auditorias a serem realizadas, contemplando os pontos a serem examinados e respectivo cronograma.

OITAVA – EXTINÇÃO CONTRATUAL E PENALIDADES

Pela prática de atos em desacordo com a legislação, com as disposições do RILC ou com disposições constantes deste Contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se a **CONTRATADA** à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa moratória, pelo atraso injustificado no cumprimento dos prazos previstos neste instrumento contratual;
- c) multa compensatória pela inexecução total ou parcial das obrigações previstas neste contrato; e
- d) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a FOMENTO PARANÁ, por até 2 (dois) anos.

§ 1º As sanções previstas nos subitens “a” e “d” do parágrafo anterior poderão ser aplicadas juntamente com as dos subitens “b” e “c”.

§ 2º São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras que configurem a violação de preceitos contratuais ou legais:

- a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) apresentar documentação falsa quando assim necessário para a execução do contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução do contrato;
- d) falhar ou atrasar o cumprimento de obrigações contratualmente assumidas, independentemente de dolo ou culpa da CONTRATADA;
- e) comportar-se de maneira inidônea;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato com a FOMENTO PARANÁ;
- h) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações deste contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação que lhe deu suporte ou no RILC;
- i) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato;
- j) comprovadamente ser reconhecido como agente econômico envolvido em caso de corrupção; e
- k) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público em razão da execução deste Contrato.

§ 3º A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à FOMENTO PARANÁ, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

§ 4º A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a FOMENTO PARANÁ ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor deste contrato, conforme decisão adotada no curso do respectivo processo administrativo sancionatório.

§ 5º A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) no caso de atraso no cumprimento de prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da FOMENTO PARANÁ, limitada a 05% (cinco por cento) do valor do contrato;
- b) no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 05% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da FOMENTO PARANÁ; e
- c) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor

total do contrato, conforme avaliação da FOMENTO PARANÁ.

§ 6º No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao CONTRATADA, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

§ 7º A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

§ 8º Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a FOMENTO PARANÁ, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à FOMENTO PARANÁ, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§ 9º Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 1 a 6 meses), média (de 7 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

§ 10 O prazo da sanção a que se refere este artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado, que ocorrerá após o trânsito em julgado do processo administrativo sancionatório na esfera administrativa, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da FOMENTO PARANÁ.

§ 11 Se a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a FOMENTO PARANÁ for aplicada no curso da vigência deste contrato, a FOMENTO PARANÁ poderá, a seu critério, rescindi-lo.

§ 12 A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

§ 13 Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a FOMENTO PARANÁ às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a FOMENTO PARANÁ em virtude de atos ilícitos praticados.

§ 14 Da aplicação das penalidades previstas no Contrato, cabe recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, na forma disciplinada no RILC.

§ 15 O Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no RILC, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

§ 16 A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a sua resolução, incidindo as consequências contratuais e as previstas na Lei nº 13.303/16, no RILC e neste Contrato, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 17 A resolução do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da FOMENTO PARANÁ nos casos enumerados no § 2º, dispensado provimento judicial nesse sentido, com aplicação das sanções previstas neste Contrato.

§ 18 Também autorizam a resolução deste Contrato, por ato unilateral e escrito da FOMENTO PARANÁ, dispensado provimento judicial nesse sentido, com aplicação das sanções previstas neste Contrato, as seguintes razões:

- a) subcontratação total ou parcial do serviço, associação com outrem, cessão ou transferência, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do contrato;
- b) alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da CONTRATADA que, a juízo da FOMENTO PARANÁ, prejudique a execução do contrato;
- c) decretação de falência ou declaração de insolvência civil, pedido de recuperação judicial/extrajudicial, dissolução ou liquidação da CONTRATADA; e
- d) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

§ 19 Quando a resolução do contrato ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

NONA – CONDIÇÕES GERAIS

§ 1º É vedado à **CONTRATADA** ceder ou transferir a terceiros as obrigações decorrentes deste instrumento.

§ 2º A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do presente contrato.

§ 3º Eventual tolerância por parte da **FOMENTO PARANÁ** à inobservância da **CONTRATADA** às obrigações legais ou convencionais não expressam renúncia a direitos, perdão ou novação das obrigações ora contratadas.

§ 4º Para todos os fins do presente instrumento, a **CONTRATADA** considera-se empregadora autônoma, não existindo entre seus empregados e a **FOMENTO PARANÁ** vínculo empregatício ou outro de qualquer natureza.

§ 5º Com exceção daqueles atos cuja Lei nº 13.303/16 ou o RILC impõe forma específica para sua intimação, a **FOMENTO PARANÁ** poderá promover a intimação da **CONTRATADA** por meio de comunicação direta por mensagem eletrônica (e-mail), por carta com aviso de recebimento, por edital ou por meio de publicação na Imprensa Oficial, a seu critério.

DÉCIMA – DISPOSIÇÃO ESPECIAL

O presente contrato será regido por suas respectivas cláusulas, pelos preceitos de direito privado e normas constantes do RILC e da Lei nº 13.303/16, aplicando-se, ainda, as disposições constantes do instrumento convocatório e seus anexos da LICITAÇÃO/RPP/FOMENTOPARANÁ/Nº01-19.

DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DESPESAS

Todas as despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da **FOMENTO PARANÁ** e dos entes por ela representados neste contrato, nos termos da respectiva declaração de disponibilidade financeira.

DÉCIMA SEGUNDA - FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Curitiba para dirimir todas e quaisquer ações relativas ao presente contrato, o qual terá preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim terem ajustado as partes, que se obrigam por si e sucessores, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, xx de xxxxx de 2019.

CONTRATANTE:

Diretor

Diretor

AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.

CONTRATADA:

Representante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF/MF nº

Nome:

CPF/MF nº